



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

02/06/2011

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1 - 3
1.2. DESEMBARGADORES.....	4 - 5
1.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	6 - 7
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. COMARCAS.....	8
2.2. DESEMBARGADORES.....	9
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. ANÚNCIO.....	10
3.2. AVISO.....	11
3.3. COMARCAS.....	12 - 14
3.4. DESEMBARGADORES.....	15 - 16
3.5. INSTITUCIONAL.....	17 - 19
3.6. JUIZADOS ESPECIAIS.....	20
3.7. JULGAMENTOS.....	21 - 23
3.8. PAUTA ZERO.....	24 - 26
4. JORNAL EXTRA	
4.1. PAUTA ZERO.....	27 - 28
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DESEMBARGADORES.....	29
5.2. INSTITUCIONAL.....	30
5.3. JULGAMENTOS.....	31 - 35
5.4. PAUTA ZERO.....	36
5.5. SISTEMA CARCERÁRIO.....	37 - 39
6. JORNAL O QUARTO PODER	
6.1. JUIZADOS ESPECIAIS.....	40
6.2. PAUTA ZERO.....	41 - 42
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	43 - 44
7.2. CORREIÇÕES.....	45
7.3. CÂMARA CÍVEL.....	46
7.4. DESEMBARGADORES.....	47 - 48
7.5. INSTITUCIONAL.....	49 - 50
7.6. JUIZADOS ESPECIAIS.....	51
7.7. JULGAMENTOS.....	52 - 54
7.8. PAUTA ZERO.....	55 - 56
7.9. SISTEMA CARCERÁRIO.....	57
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. JULGAMENTOS.....	58 - 61
8.2. PAUTA ZERO.....	62 - 63

Audiências... Um júri realizado recentemente em Passagem Franca inaugurou o sistema audiovisual de gravação de audiências implantado pela comarca. Segundo o titular da unidade e autor da iniciativa, o juiz David Mourão Guimarães de Moraes Meneses, a ideia é melhorar o desempenho das atividades judicantes e aumentar a produtividade.

Degração... Dotado de mesa de som, equalizador, microfones sem fio e webcam, o equipamento, foi adquirido com recursos próprios. A partir de agora todas as audiências criminais e as de juizado especiais (cíveis e criminais) serão registradas por este método. Menos com audiências cíveis, já que nesses casos o Código Penal exige que seja feita a transcrição dos registros.

TJMA reforma e amplia fórum de São José de Ribamar



➤ Reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar Pág. 6

TJMA reforma e amplia fórum de São José de Ribamar

Os serviços de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar, iniciadas em abril, estão em ritmo acelerado. O fórum deve ficar pronto até o mês de outubro.

A juíza da 2ª Vara da comarca, Teresa Cristina Carvalho, informou um detalhe interessante da obra: a contratação de mão-de-obra de jovens e adultos, moradores do município, bem como de apenados que cumprem sentenças em liberdade como operários da empresa Dinamarca - responsável pela reforma e ampliação do fórum.

"Fizemos uma reunião com representantes da empresa, que concordaram com a proposta de recrutar os trabalhadores da cidade, além de negociar com comerciantes locais, a compra dos materiais de construção utilizados na reforma", acrescentou.

A diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Alesandra Darub, esteve na comarca visitando as obras na última segunda-feira e ressaltou que o acompanhamento diário dos serviços pelo Tribunal garantirá o sucesso da conclusão das obras, de acordo com o cronograma estabelecido.

Investimento - Os investimentos do TJMA para a reforma e ampliação do fórum de Ribamar, oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), totalizam R\$ 1.197.376,82. A obra vai melhorar a infraestrutura da Justiça estadual naquela cidade.

O projeto segue padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado. A estrutura do imóvel está sendo planejada em 723,61m² de área a ser ampliada e a reforma em área existente de 610,05 m².

Reprodução



Reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar

Dentre os serviços de ampliação a serem realizados pela diretoria de Engenharia do TJ estão a instalação de mais duas varas para a comarca, dotadas de gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria judicial, estacionamento e áreas de vivência devidamente adaptadas seguindo as normas e padrões de acessibilidade para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade.

Na primeira etapa de trabalho, foram feitos os serviços de limpeza geral do terreno incluindo a área do fundo do prédio e instalação do canteiro de obra. A fundação do prédio e a concretagem de pilares estão em fase de conclusão.

De acordo com o cronograma de execução, os serviços de reforma consistem na recuperação do telhado; reforma de banheiros; instalação de novos pontos de eletricidade, lógica e telefonia; revisão na rede hidráulica e sanitária; colocação de divisórias; substituição de luminárias; pintura interna e externa do prédio, muro, esquadrias de madeira e grades metálicas. O quadro de medição de energia será substituído, como também a tubulação de esgoto. Serão construídas caixas de inspeção para ventilação

em rede sanitária e substituição de louças e metais dos banheiros e copa.

Inauguração - Em dezembro de 2010 foram inaugurados em Ribamar, o Juizado Especial Cível e Criminal e a 3ª Vara como forma de organizar a prestação jurisdicional no terceiro maior município do Maranhão, com 162.925 habitantes, distribuídos em 93 bairros. A instalação de novas unidades jurisdicionais cumpre ações previstas no planejamento estratégico do Judiciário para 2010-2011, dotando as varas e juizados de melhores condições de funcionamento, com repercussão positiva na qualidade do atendimento prestado ao cidadão.



Foto Divulgação

Posse... Click da posse da juíza Patrícia Marques Barbosa, que foi promovida da 3ª Vara de São José de Ribamar, para exercer o cargo de juíza auxiliar da capital (entrância final). A magistrada assinou o termo de exercício no gabinete do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior. Acompanharam a assinatura do termo os juízes José Nilo Ribeiro Filho (auxiliar da Corregedoria) e Costa Júnior (capital), o procurador do Estado em Imperatriz Lusimar Miranda, o marido da empossada, Túlio Xavier, a irmã Josélia Marques e o marido Fernando Menezes. Ex-juíza da 1ª Vara Cível de Imperatriz, Patrícia Barbosa foi promovida à entrância final em maio, pelo critério de antiguidade, em cargo vago com a titularização da juíza Cleonice Conceição do Nascimento.

TJMA arquiva representação contra juiz da capital

O Tribunal de Justiça, em sessão plenária administrativa desta quarta-feira, 1º, decidiu, por maioria, arquivar representação para apuração de conduta contra o juiz de direito da 3ª vara cível de São Luís, Douglas Ferreira Amorim.

A representação da 1ª Câmara Cível do TJ foi fundamentada em atos judiciais atribuídos ao magistrado, de extinguir processos sem resolução do mérito, mesmo contendo os requisitos legais exigidos.

A maioria dos magistrados seguiu o voto do corregedor geral de justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior. O relator considerou que a matéria já havia sido examinada e decidida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ impôs a Amorim pena de censura, considerando a incompatibilidade da conduta com a diligência mínima exigida de um magistrado.

Guerreiro Junior entendeu que o julgamento contra o juiz não poderia ser repetido por conter os mesmos fatos, devido à proibição de dupla sanção. O corregedor também destacou a ausência de indícios de favorecimento a qualquer das partes por meio das decisões do magistrado, que seguiu o mesmo posicionamento em todos os casos.

A votação se deu por maioria, contra a posição divergente que entendia pela instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Douglas Amorim, para apuração de sua conduta funcional.

Mudanças levam 7º Juizado a segundo lugar em ranking de serviços

A prática de 20 audiências diárias, simultaneamente em duas salas da unidade, e a suspensão do atendimento para levantamento de processos físicos e movimentação de processos virtuais foram ações do juiz Marco Antonio Netto Teixeira no 7º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo (CEUMA), unidade judicial pela qual responde atualmente.

Como resultado das ações, o Juizado ganha novo ritmo que pode ser traduzido pelos números de relatório encaminhado pelo magistrado à Corregedoria Geral da Justiça.

Segundo o documento, no período de 24 de março a 19 de abril do corrente foram 463 despachos, 10 despachos iniciais de execução extrajudicial, 102 decisões, 139 decisões com pedido de urgência, 166 sentenças, 51 sentenças de homologação, 103 análises de arquivamento, 58 análises de recurso e 42 análises retorno de Turma Recursal, isso para falar só dos processos virtuais (Projudi), num total de 3.790 ativos no Juizado.

Em relação a processos físicos, os despachos somaram 614, contra 117 sentenças sem resolução de mérito, cinco sentenças homologatórias e 325 processos arquivados. Foram expedidas 225 intimações.

Com as iniciativas, a unidade, antes a antepenúltima no ranking dos Juizados, ocupa agora o 2º lugar entre os 14 listados.

Ritmo - "Meu ritmo é frenético", afirma o juiz. Isso talvez explique o trabalho desenvolvido por Netto Teixeira logo após sua

chegada ao Juizado, em março deste ano.

No dia 3 de abril (um domingo) o magistrado iniciou às 3h21 a análise de processos virtuais que finalizou nos primeiros dez minutos de segunda-feira, 4, resultando em 168 movimentações. "Foram praticamente 21 horas trabalhando sem parar", diz.

O ritmo frenético do juiz está presente em outras unidades comandadas por ele. Exemplo disso é Coroatá, onde mutirão capitaneado pelo juiz promoveu 320 audiências em dois dias (25 e 26 de abril de 2007), quando proferiu 247 sentenças.

Marco Antonio Netto Teixeira diz que, para a iniciativa, treinou a equipe de servidores do Judiciário local e mandou confeccionar camisas para sua identificação.

A ação contou com a participação de dez conciliadores atuando em dez salas de audiências (oito por turno em cada sala).

Disposto a melhorar a prestação jurisdicional e inspirado na demanda de uma senhora, parte de um processo, que relatou ao magistrado as dificuldades para se deslocar à sede da comarca, o juiz criou em Peritoró a 1ª Casa da Justiça do Estado, em março de 2005. Ali realizava audiências na segunda-feira pela manhã. À tarde se deslocava para Coroatá, onde permanecia até quinta-feira. Na sexta-feira, de volta a Peritoró, promovia casamentos e atendimentos.

Só no primeiro mês de funcionamento da Casa foram emitidos 101 registros de nascimento.

Alvará... Termina amanhã, na 1ª Vara da Infância e da Juventude, o prazo para o recebimento de requerimentos de alvarás para participação de menores em eventos ou brincadeiras juninas. Os requerimentos devem ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade, na Praça Deodoro

RIBAMAR

TJMA reforma e amplia fórum

Os serviços de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar, iniciadas em abril, estão em ritmo acelerado. O fórum deve ficar pronto até o mês de outubro.

A juíza da 2ª Vara da comarca, Teresa Cristina Carvalho, informou um detalhe interessante da obra: a contratação de mão-de-obra de jovens e adultos, moradores do município, bem como de apenados que cumprem sentenças em liberdade como operários da empresa Dinamarca - responsável pela reforma e ampliação do fórum.

"Fizemos uma reunião com representantes da empresa, que concordaram com a proposta de recrutar os trabalhadores da cidade, além de negociar com comerciantes locais, a compra dos materiais de construção utilizados na reforma", acrescentou.

A diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Alessandra Darub, esteve na comarca visitando as obras na última segunda-feira e ressaltou que o acompanhamento diário dos serviços pelo Tribunal garantirá o sucesso da conclusão das obras, de acordo com o cronograma estabelecido.

Investimento - Os investimentos do TJMA para a reforma e ampliação do fórum de Ribamar, oriundos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Judiciário (FERJ), totalizam R\$ 1.197.376,82. A obra vai melhorar a infraestrutura da Justiça estadual naquela cidade.

O projeto segue padrão ar-

quitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado. A estrutura do imóvel está sendo planejada em 723,61 m² de área a ser ampliada e a reforma em área existente de 610,05 m².

Dentre os serviços de ampliação a serem realizados pela diretoria de Engenharia do TJ estão a instalação de mais duas varas para a comarca, dotadas de gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria judicial, estacionamento e áreas de vivência devidamente adaptadas seguindo as normas e padrões de acessibilidade para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade.

Na primeira etapa de trabalho, foram feitos os serviços de limpeza geral do terreno incluindo a área do fundo do prédio e instalação do canteiro de obra. A fundação do prédio e a concretagem de pilares estão em fase de conclusão.

De acordo com o cronograma de execução, os serviços de reforma consistem na recuperação do telhado; reforma de banheiros; instalação de novos pontos de eletricidade, lógica e telefonia; revisão na rede hidráulica e sanitária; colocação de divisórias; substituição de luminárias; pintura interna e externa do prédio, muro, esquadrias de madeira e grades metálicas. O quadro de medição de energia será substituído, como também a tubulação de esgoto. Serão construídas caixas de inspeção para ventilação em rede sanitária e substituição de louças e metais dos banheiros e copa.

TJMA

Cutrim lamenta operação de busca e apreensão

O deputado Raimundo Cutrim (DEM), em pronunciamento na sessão desta quarta-feira (1º de junho), lamentou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que determinou a busca e apreensão, pela Polícia Federal, de discos rígidos de diversos computadores instalados na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão. A diligência, feita no último dia 26, é decorrente de processo disciplinar em curso no Conselho, contra um dos membros da Corte de Justiça.

Cutrim considerou a medida do CNJ uma grave lesão perpetrada contra o Estado do Maranhão. Ele afirmou que em nenhum momento o Conselho requereu administrativamente os discos. "Se há um processo disciplinar em curso e as provas a serem buscadas nos discos são imprescindíveis para alcance da verdade, bastaria que a corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, requisitasse ao Tribunal e estes, com certeza, lhes seriam enviados", disse Raimundo Cutrim.

O parlamentar lembrou que desde que o Brasil virou a página do regime de exceção, instalado em 1965, o país vive uma democracia e por isso, este cenário de estado democrático e de direito não comporta medidas de força, mesmo que revestidas de aparente legalidade. "Não é possível ficar impávido diante dos atos ora relatados, pois, repito, o Estado do Maranhão teve uma das suas instituições severa e injustamente atingida", afirmou Cutrim.

Raimundo Cutrim afirmou que a medida adotada pelo CNJ é tão incompreensível que acredita que a ministra Eliana Calmon tenha sido inadvertidamente induzida a erro por sua assessoria, a considerar que, em um primeiro momento, determina a "busca e apreensão dos discos rígidos" e, logo após, nos últimos parágrafos da sua decisão, manda que "Expeça-se ofício ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto, para que promova a entrega dos discos rí-

gidos à Polícia Federal". Raimundo Cutrim destacou que é possível, de fato, que a ministra almejasse a entrega dos discos, mas não a sua busca e apreensão.

TRANSPARÊNCIA

O parlamentar também destacou o trabalho que é desenvolvido pelo presidente do TJ do Maranhão, desembargador Jamil de Miranda Gedeon Neto. "Conheço o desembargador Jamil Gedon, homem cordial e comprometido com o que é justo, e por isso afirmo, sem medo de errar, que se a solicitação lhe fosse endereçada, de pronto seria atendida", disse Raimundo Cutrim.

Ele afirmou ainda que Jamil Gedeon já deu inúmeros exemplos de que - tanto no ato de julgar, como de gerir a coisa pública - seu compromisso é com a transparência, a eficiência e a eficácia administrativas. "Desconheço qualquer ato que este tenha praticado que desdiga o que agora afirmo", disse Raimundo Cutrim.

Ele acrescentou ainda que, como corregedor-geral da Justiça, Jamil Gedeon nunca se fur-

tou em apurar todas as denúncias que lhes caíam às mãos e nunca teve postura corporativa na hora de apontar as eventuais incorreções. "Como presidente, tem sido incansável na busca de melhores condições de trabalho, notadamente para a magistratura de primeiro grau".

Cutrim também afirmou que o Poder Judiciário do Maranhão tem as mesmas prerrogativas constitucionais conferidas aos demais tribunais e merece, por parte do CNJ e dos demais poderes em qualquer nível - federal, estadual e municipal - o tratamento adequado e respeitoso que deve nortear as relações entre os poderes do Estado.

Ao finalizar a sua fala, Cutrim pediu à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa que encaminhe, na íntegra, o seu pronunciamento, ao presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ, ministro César Peluso, e à ministra Eliana Calmon, para demonstrar o desconforto enfrentado pela sociedade maranhense, em virtude dos fatos ora mencionados.

ÚLTIMAS VAGAS

CONGRESSO NORTE NORDESTE DE CIÊNCIAS CRIMINAIS

2, 3 e 4 JUNHO | MULTICENTER SEBRAE | SÃO LUÍS | MA

FERNANDO CAPEZ
ILANA CASOY
NESTOR TÁVORA
ROGÉRIO GRECO
e outros

INFORMAÇÕES
98 8202 8686 98 8870 1582 86 9982 8081
criato.eventos@gmail.com

INSCRIÇÕES
Livraria THEMIS

criatoeventos.com.br

carga horária 40h/a

3x sem juros com cartão de crédito

realização

patrocinador master

hotéis oficiais

apoio

FUNDAÇÃO aRINE

CRiATO

Palácio Cultural de Brasília
Tribunal de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PRÆTORIUM

PRÆTORIUM

Holiday Inn

HOTELERIAS

solare

PREMIER

OESTADO



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2011 • Processo n.º 6642/11

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, Decretos Federais n.º 5.450/05 e n.º 3.931/01, Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08 e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços, para a aquisição de bens permanentes, no dia 22/06/2011, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Joaquim Távora, 173, Centro, CEP 65010-410, São Luís-MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 1º de junho de 2011.
EVILENE CABRAL LIMA
Pregoeira TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 19/2011 • Processo n.º 2163/2011

A Comissão Permanente de Licitação do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Tipo MENOR PREÇO, no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL para contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para realização de CONSTRUÇÃO DO FÓRUM DA COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO/MA, no dia 05/07/2011, às 09:30 horas (horário local), na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no Prédio da Diretoria Administrativa, Sala 03, Rua Joaquim Távora (Nazaré), n.º 173, Altos, Centro, nesta cidade.

As empresas interessadas poderão obter informações e consultar o Edital no local ou pelo telefone 098 3221-9514. Os interessados poderão adquirir o Edital completo através de CD-ROM ou PEN DRIVE, mediante pagamento de boleto bancário no valor de R\$ 30,00 (trinta reais) emitido pelo Tribunal de Justiça, disponível na Sala supracitada.

São Luís, 31 de maio de 2011.
NEWTON CELSO JORGE COSTA
Presidente da CPL - TJ/MA

Corregedoria recolhe 1.980 armas em fóruns no Maranhão

Na 1ª Vara de Coelho Neto e na 1ª Vara de Coroatá, foram encontradas 228 armas de fogo e 401 armas brancas; na 1ª Vara de Itapecuru-Mirim, havia o menor estoque: apenas sete armas de fogo

A Corregedoria Geral da Justiça recolheu 1.980 armas em fóruns de nove comarcas, entre os dias 16 e 20 de maio, de acordo com orientação do corregedor Antonio Guerreiro Júnior.

Foram encaminhadas a batalhões e companhias da Polícia Militar de Caxias, Coroatá e Chapadinha 592 armas de fogo e 1388 armas brancas que não mais in-

teressavam a processos penais, mas estavam em salas e depósitos sem segurança - um convite sempre atraente para bandidos.

“Atuar na prevenção à invasão de fóruns – em geral com furto de armamento – é o objetivo de ponta da medida. O outro é tornar o fórum um local seguro para servidores, juízes e a comunidade”, destacou Guerreiro Júnior, que autorizou o início

da operação durante a segunda das três viagens que fez este ano para inspeção de comarcas.

Pela primeira vez a corregedoria adota procedimento incisivo para coibir o roubo de armas em comarcas do interior – um dos maiores desafios do Judiciário estadual.



Lote de armas recolhido pela corregedoria e entregue à Polícia Militar

Desde o ano passado – o primeiro de gestão –, o corregedor cobra insistentemente a juízes uma definição sobre o assunto, também com respaldo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Relatório entregue ao corregedor pela equipe de assessoramento militar que realizou a operação mostra a Comarca de Buriti (a 330 km de São Luís) como a recordista em posse de armamentos: ali foram recolhidas 297 armas, 64 delas de fogo. Entre essas, 64 eram espingardas. A comarca lidera em armas brancas.

Na 1ª Vara de Coelho Neto e na 1ª Vara de Coroatá, foram encontradas 228 armas de fogo e 401 brancas. A 1ª Vara de Coelho Neto é líder até o momento em armas de fogo: 115. Na 1ª Vara de Itapecuru, havia o menor estoque: apenas sete armas de fogo: duas pistolas, quatro revólveres de calibres diversos e uma garrucha.

Quantidade – O número de armas nos fóruns surpreendeu a corregedoria e os militares da Polícia Militar responsáveis pelo recolhimento e provocou alteração



Fotos/Divulgação

Guerreiro Júnior diz que armas serão recolhidas em todas as comarcas

no planejamento do trabalho, explicou o corregedor.

A operação prevista para cobrir 18 comarcas em cinco dias só pôde ser realizada em nove. Foram necessárias quatro viagens em veículos utilitários com carga completa para levar o equipamento a batalhões e companhias.

Duas comarcas relacionadas – Santa Quitéria e Magalhães de Almeida – se anteciparam e enviaram os acervos para a 4ª Companhia Independente de Polícia Militar (Cimp), em Chapadinha. O comando da 4ª Cimp também já

começou a guardar as armas da Comarca de Chapadinha.

Segundo o tenente-coronel PM que coordenou o trabalho, os servidores dos fóruns demonstraram alívio enquanto as armas eram recolhidas.

Guerreiro Júnior diz que a Corregedoria vai levar a operação desarmamento a todas as comarcas e varas do estado. Por questões de segurança dos militares e de servidores do Judiciário, a CGJ não vai informar as próximas unidades e em quais dias as ações serão deflagradas.

TJ reforma e amplia Fórum de São José de Ribamar

Serão investidos R\$ 1.197.376,82 na obra, que deverá ser concluída em outubro

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR - Os serviços de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar, iniciados em abril, estão em ritmo acelerado. O fórum deve ficar pronto até o mês de outubro.

A juíza da 2ª Vara da comarca, Teresa Cristina Carvalho, informou um detalhe interessante da obra: a contratação de mão-de-obra de jovens e adultos, moradores do município, bem como de apenados que cumprem sentenças em liberdade como operários da empresa Dinamarca - responsável pela reforma e ampliação do fórum.

"Fizemos uma reunião com representantes da empresa, que concordaram com a proposta de recrutar os trabalhadores da cidade, além de negociar com comerciantes locais a compra dos materiais de construção utilizados na reforma", acrescentou.

A diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Alessandra Darub, esteve na comarca visitando as obras segunda-feira (30) e ressaltou que o acompanhamento diário dos serviços pelo Tribunal de Justiça (TJ) garantirá o sucesso da conclusão das obras, de acordo com o cronograma estabelecido.

Investimento - Os investimentos do TJ para a reforma e ampliação do fórum de Ribamar,



Divulgação

Obra de reforma e ampliação do Fórum de São José de Ribamar

oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (FERJ), totalizam R\$ 1.197.376,82. A obra vai melhorar a infraestrutura da Justiça estadual naquela cidade.

O projeto segue padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o estado. A estrutura do imóvel está sendo planejada em 723,61 m² de área a ser ampliada e a reforma em área existente de 610,05 m².

Entre os serviços de ampliação a serem realizados pela diretoria de Engenharia do TJ estão a instalação de mais duas varas para a comarca, dotadas de gabinete do juiz, assessoria, sala de audiência, secretaria judicial, estacionamento e áreas de vivência devidamente adaptadas, seguindo as normas e padrões de acessibilidade para oferecer melhores condições de atendimento à comunidade.

Na primeira etapa de trabalho, foram feitos os serviços de limpeza geral do terreno, incluindo a área do fundo do prédio e instalação do canteiro de obra. A fundação do prédio e a concretagem de pilares estão em fase de conclusão.

De acordo com o cronograma de execução, os serviços de reforma consistem na recuperação do telhado; reforma de banheiros; instalação de novos pontos de eletricidade, lógica e telefonia; revisão na rede hidráulica e sanitária; colocação de divisórias; substituição de luminárias; pintura interna e externa do prédio, muro, esquadrias de madeira e grades metálicas. O quadro de medição de energia será substituído, como também a tubulação de esgoto. Serão construídas caixas de inspeção para ventilação em rede sanitária e substituição de louças e metais dos banheiros e copa.

Estado Maior

TJ arquiva representação contra juiz

O Tribunal de Justiça mandou ontem para o arquivo representação contra o juiz Douglas Amorim, titular da 3ª Vara Cível de São Luís, acusado de extinguir processo sem resolução de mérito, mas sem beneficiar alguma das partes. O juiz fora censurado pelo CNJ. **Política 3**

— Representação arquivada —

O Pleno do Tribunal de Justiça arquivou ontem representação para apuração de conduta contra o juiz Douglas Amorim, titular da 3ª Vara Cível de São Luís.

O magistrado fora acusado, em representação da 1ª Câmara Cível, de extinguir processos sem resolução do mérito, mesmo contendo os requisitos legais exigidos. Além de passar pela Corregedoria Geral de Justiça, o caso foi levado ao Conselho Nacional de Justiça.

O desembargador-corregedor Antonio Guerreiro Júnior - cuja função principal é zelar pelo bom desempenho da magistratura e enquadrar magistrados que quebram as regras - defendeu o arquivamento da representação. Ele relatou o processo e considerou que a matéria perdeu razão de ser quando fora examinada e decidida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo informação divulgada pela Assessoria de Comunicação do Judiciário, com base na representação que recebeu, o CNJ impôs ao juiz Douglas Amorim pena de censura, “considerando a incompatibilidade da conduta com a diligência mínima exigida de um magistrado”.

O corregedor Guerreiro Júnior entendeu que o julgamento contra o juiz não poderia ser repetido, já que a representação não contém fatos novos, mas apenas os que foram examinados pelo CNJ. Se julgasse a representação ontem, o Tribunal violaria, ele próprio, a proibição de dupla sanção, o que, em última análise, seria um crime judicial.

No seu elenco de argumentos favoráveis ao arquivamento do processo, o corregedor-geral de Justiça também destacou a ausência de indícios de favorecimento a qualquer das partes por meio das decisões do magistrado, que seguiu o mesmo posicionamento em todos os casos.

A decisão do Pleno de arquivar a representação não foi, porém, unânime, já que houve votos contrários, sustentados no argumento de que a censura imposta ao juiz Douglas Amorim pelo CNJ não se chocaria com a instauração de procedimento administrativo contra ele. A tese da dupla punição, porém, não valeu.

Desdobramento: Douglas Amorim continua no comando da 3ª Vara Cível de São Luís.

Técnico

Foram explicados tecnicamente pelo secretário Fábio Gondim os artigos da Lei de Diretrizes Orçamentárias transformados em polêmica pelo líder do governo na Assembleia, Manoel Ribeiro.

Segundo Gondim, o Legislativo, o Judiciário e o Ministério Público, em vez de perder, ampliaram sua autonomia orçamentária, já que agora têm cotas trimestrais.

Com relação ao limite de 0,5 a 1,5% para a Defensoria, o secretário explica que se trata de decisão aprovada no Legislativo e já com trânsito em julgado.

Político

Para Manoel Ribeiro, Fábio Gondim “não entende de orçamento” e deixou de cumprir acordos feitos em reunião com deputados, no mês passado.

O deputado disse ainda que ele quer controlar a autonomia dos demais poderes, por meio de dispositivos da própria LDO.

Ribeiro também partiu para o pessoal, quando chamou o secretário de “forasteiro” que só “entende de ato secreto”.

Deputado acusa Fábio Gondim de descumprir LDO

Secretário garantiu que todas as alterações sugeridas foram discutidas com o relator da Lei, deputado Alexandre Almeida

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Manoel Ribeiro (PTB), acusou ontem o secretário de Planejamento, Fábio Gondim, de não ter cumprido acordo com a bancada para elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2012. Segundo Ribeiro, Gondim incluiu na proposta encaminhada à Casa artigo que muda a autonomia da execução orçamentária dos poderes Judiciário, Legislativo e do Ministério Público e altera o limite orçamentário da Defensoria Pública na gestão orçamentária. A O Estado, Gondim garantiu que “todas as alterações sugeridas têm sido discutidas exaustivamente com o relator da LDO, deputado Alexandre Almeida”.

Em seu discurso, Manoel Ribeiro falou da reunião entre os parlamentares e Gondim, no mês passado, quando foram acordados alguns dispositivos da LDO. “O secretário Gondim combinou conosco uma coisa e não cumpriu”, afirmou Ribeiro, citando dois artigos da lei.

O artigo 19 trata do limite da Defensoria Pública. Segundo Ribeiro, Gondim estabeleceu que este limite giraria entre 0,5% e 1,5%. E atacou: “Se ele entender que é 0,5%, vai ser só 0,5%”. O secretário explicou que a variação do limite é uma decisão aprovada na própria Assembleia e chancelada pela Justiça, já transitada em julgado. “Não houve emenda. O texto já existe na LDO vigente e foi exatamente igual

nesta”, diz.

Fábio Gondim admite que acabou esquecendo de incluir no texto encaminhado à Assembleia quando da discussão com os parlamentares, mas foi alertado pelos próprios defensores públicos. “Com os 0,5% eles já teriam duplicado o orçamento. Mas o texto foi com a variação entre 0,5% e 1,5% por que é assim que diz a lei”, frisou.

Autonomia - Outro assunto tratado por Ribeiro é autonomia dos poderes na gestão do orçamento, o que, segundo ele, está sendo cerceada por Gondim. “Os poderes saberão gastar dentro da alíquota que temos, no percentual a que temos direito e não o que o Fábio Gondim está pensando”, frisou Ribeiro.

O secretário explicou que a autonomia na gestão orçamentária foi ampliada do ano passado para este ano. “No ano passado, o repasse era mensal. Este ano, a gente transformou em cotas trimestrais, o que dá mais autonomia. No ano que vem este repasse trimestral já estará na própria lei”, explicou.

O secretário disse que foi ele próprio quem pediu as reuniões com os deputados, “portanto, não poderia descumprir acordos de reuniões que eu mesmo sugeri”. E que tudo o que foi apresentado e acordado nos encontros foi cumprido na LDO.

O restante do discurso de Ribeiro foram provocações pessoais ao secretário, que preferiu também não comentar.

Gratificação

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) definiu em 5% do valor da remuneração do juiz a gratificação a ser paga aos magistrados que ocupam cargo de direção de fórum. Proposta de projeto de lei que fixa o percentual foi aprovada por unanimidade na sessão plenária, ontem. O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação dos deputados. Os magistrados concordaram com a sugestão do desembargador Raimundo Cutrim.

Apresentação de crianças em festas juninas deve ter autorização judicial

Expedição de alvarás acontece somente até segunda-feira; 15 organizações foram punidas pela falta do documento em 2010

Aproximadamente 130 alvarás devem ser expedidos pela Vara da Infância e Juventude para crianças e adolescentes participarem de brincadeiras durante o período junino em São Luís. De acordo com o coordenador do Setor de Proteção da Criança e do Adolescente, Sérgio Duarte, o número de alvarás pedidos este ano é maior do que em 2010. O prazo para expedição termina segunda-feira, dia 6.

Deve aumentar em pelo menos 10% o número de alvarás e autorizações para crianças e adolescentes participarem das apresentações juninas. Em 2010, segundo Sérgio Duarte, foram feitos 115 pedidos. Com relação ao número de autuações, Sérgio Duarte contou que 15 organizações foram punidas por descumprirem a determi-

nação da portaria 001/2007.

Participação - Entre os pontos abordados no documento, a participação de crianças e adolescentes em locais de apresentações culturais fica condicionada à prévia autorização do juiz da Vara de Infância e da Juventude de São Luís quando se tratar de crianças até 12 anos e dos pais ou responsáveis, quando houver a participação de crianças e adolescentes de 12 a 18 anos. "Existe um critério para a participação de crianças e adolescentes e todo organizador das brincadeiras deve estar ciente. Caso contrário, ele é quem será responsabilizado quando da ocorrência do descumprimento da portaria", explicou Duarte.

Os documentos necessários para a expedição do alvará de-

Mais

Crianças até 6 anos: Só podem participar mediante autorização do juiz, acompanhada pelos pais e até às 22h;

Crianças de 6 a 12 anos: Podem se apresentar até à 0h desde que tenha a autorização do juiz e também esteja acompanhada;

Crianças de 12 a 16 anos: Não é necessário o alvará. Basta uma autorização dos pais, mas só podem apresentar-se até à 0h;

Crianças de 16 a 18 anos: Podem se apresentar após à 0h, mas precisam de uma autorização por escrito dos pais.

Os documentos devem estar com o responsável legal pela brincadeira.

vem ser entregues ao setor de proteção da criança e do adolescente e são eles: requerimento em duas vias preenchidas pelo responsável pela brincadeira; cópias do RG, comprovante de residência (no caso de pes-

soa física), cópias do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ata de constituição, estatuto social (quando for pessoa jurídica), relação com os nomes completos de todas as crianças participantes; cópias do RG e autorização do guardião legal da criança (pai, tutor ou curador), cópias da certidão de nascimento ou RG da criança.

O coordenador destacou que, além de fiscalizar a participação das crianças nos locais de apresentação, também serão inspecionadas outras ocorrências comuns nesta época do ano, como estado de mendicância, ajuda no trabalho direto com bebidas alcoólicas (mesmo na presença dos pais) e falta de sinalização às proibições como o consumo de álcool e cigarro. "É comum encontrarmos crianças e adolescentes vendendo e até consumindo bebidas alcoólicas, mendigando, e tudo isso será registrado e buscaremos todos os responsáveis", disse Sérgio Duarte.



Biaman Prado

Quilombolas protestam

Moradores de 30 comunidades da região do Charco, em São Vicente Férrer, acamparam em frente ao Tribunal de Justiça (TJ) para exigir proteção a 15 líderes camponeses jurados de morte desde o assassinato de lavrador em São João Batista. **Polícia 6**

Quilombolas pedem proteção aos camponeses ameaçados de morte

Representantes de comunidades da região do Charco, em São Vicente Férrer, montaram acampamento em frente ao Tribunal de Justiça ontem e denunciaram a onda de violência; 15 líderes estariam ameaçados, inclusive o vice-presidente de associação

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Representantes de 30 comunidades quilombolas da região do Charco, no município de São Vicente Férrer, montaram acampamento ontem na Avenida D. Pedro II, em frente à sede do Tribunal de Justiça do Maranhão. O objetivo do protesto, segundo os descendentes de escravos, é exigir proteção a 15 líderes camponeses que estariam jurados de morte, desde o assassinato do lavrador Flaviano Pinto, o Bique, em outubro de 2010, no município de São João Batista.

Além da garantia de vida, os quilombolas reivindicam a prisão imediata dos principais suspeitos de serem os mandantes da morte de Bique e das ameaças, o fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes, o *Manoel de Gentil*, de 53 anos, e seu irmão Antônio Martins Gomes, o *Tônho de Gen-*



Biaman Prado

Quilombolas em frente ao TJ com as cruzes com número dos ameaçados

til, de 51 anos, vice-prefeito de Olinda Nova. Eles eram considerados foragidos da Justiça, mas foram beneficiados com um salvo-conduto, expedido pela 3ª Câmara Criminal.

Manoel de Gentil e Tonho de Gentils são apontados pela polícia

como beneficiados de uma divisão irregular de uma gleba de 1.400 hectares, feita em 2006 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Maranhão. Na época do crime, o Ministério Público Federal suscitou a possibilidade de conceder a pos-

se das terras aos lavradores e a iminência de perder a posse da gleba, segundo a polícia, teria motivado a encomenda da morte de Bique, até agora não esclarecida.

Atentado - O que motivou a montagem do acampamento dos trabalhadores rurais do Charco, em frente ao prédio do TJ-MA, foi o último atentado a um dos líderes quilombolas. Na sexta-feira, 27, a casa do quilombola Almirandi Madeira Costa, de 41 anos, foi alvejada com três tiros de pistola calibre 380. Ontem, o lavrador, que estava entre os manifestantes, afirmou que a tentativa de homicídio (ou intimidação) está diretamente ligada à família dos fazendeiros.

"Minha casa foi atingida duas vezes na parede da frente e uma no telhado da varanda. Eu estava com minha família e por muito pouco não morri. Não estamos aqui apenas por este caso, isoladamente, mas para pedir que a Justiça não permita mais que ou-

tros trabalhadores sejam mortos por pistoleiros. É triste ver a 'balança', como símbolo da Justiça, e só pesa a favor dos ricos", criticou o lavrador, que é vice-presidente de associação, em São Vicente de Férrer.

Caravana - Logo no início da manhã, cerca de 200 moradores do Charco ocuparam a Avenida D. Pedro II, com faixas, cartazes, utensílios típicos dos quilombolas e dezenas de cruces de madeira, simbolizando os quase 180 mortos no campo nos últimos 15 anos. Eles informaram que apesar da escolha do local da manifestação, não esperam que o TJ-MA tome providências sobre o caso, mas permanecerão no local até a chegada de Brasília de uma comissão formada por representantes de entidades da terra, para a discussão da questão das desapropriações.

Defendendo a causa dos quilombolas, o advogado Diogo Ca-

bral, membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (CDH/OAB-MA), criticou o Poder Judiciário, que, segundo ele, insiste em conceder liberdade aos irmãos Gentil, diante de tantas evidências. "Os suspeitos só não foram presos quando eram considerados foragidos, por negligência das autoridades, pois a própria comunidade indicava com exatidão seus paradeiros", afirmou.

Em uma reflexão breve, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (Fetaema), Francisco Sales de Oliveira, foi ainda mais direto na crítica. "É decepcionante saber que, se fosse um lavrador que tivesse tirado a vida de um fazendeiro poderoso, as autoridades já o teriam exibido à imprensa, preso como uma espécie de troféu. Como a situação é justamente o contrário, todos cruzam os braços, enquanto mais inocentes são abatidos", finalizou.

Justiça afasta prefeita de Paço do Lumiar por improbidade

Bia Venâncio (PDT) foi afastada pelos juízes do "Pauta Zero", mas recorrerá para se garantir no cargo. **Política 3**

Força-tarefa da Justiça determina afastamento da prefeita Bia Venâncio

Juizes determinaram ontem mesmo que o presidente da Câmara Municipal dê posse ao vice-prefeito Raimundo Filho; prefeita recorrerá da decisão

Mario Carvalho
Da Editoria de Política

Os juizes que compõem a força-tarefa do projeto "Pauta Zero" decidiram ontem pelo afastamento imediato da prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio (PDT). Os juizes acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público Estadual (MP).

A assessoria da prefeita informou que já está sendo providenciado recurso ao Tribunal de Justiça para garantir a permanência de Bia no cargo durante o trânsito em julgado do processo.

Ontem mesmo, oficiais de Justiça seguiram para Paço do Lumiar, para notificar a prefeita da decisão. Como a prefeita não foi localizada, as notificações foram entregues ao presidente da Câmara, vereador Alderico Filho, para que empossasse imediatamente o vice-prefeito Raimundo Filho (PPS).

Bia Venâncio responde às ações nº 1535-12.2010.8.10.0049 e nº 637.96.2010.8.10.0049, ambas do MP. Na primeira, a prefeita é responsabilizada por fraude na prestação de contas da Secretaria de Educação.

Na outra ação, o MP elenca os atos de nepotismo em Paço do Lumiar e a imediata demissão de servidores ligados à prefeita, vice e vereadores. Segundo o MP, são – ou eram – oito parentes em primeiro grau de Bia Venâncio nomeados na prefeitura.

Para o juiz Paulo de Assis Ribeiro, "há fatos gravíssimos nos



Flora Dolores

Bia Venâncio foi denunciada à Justiça por atos de improbidade administrativa pelo Ministério Público

Mais

A prefeita Bia Venâncio terá 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confissão. Enquanto durar o afastamento, o cargo de prefeito será ocupado pelo vice. Cópia da decisão foi entregue ao Banco do Brasil e outros bancos que possuem relação com Paço do Lumiar.

AS IRREGULARIDADES DE BIA VENÂNCIO

- Nomeação de oito parentes até terceiro grau nomeados para cargos em comissão na Prefeitura de Paço do Lumiar;
- Nomeação de parentes indicados pelos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra;
- Indícios de desvios de R\$ 16 milhões da Secretaria de Educação em procedimentos licitatórios fraudulentos;
- Falsificação de assinatura do contador Alexandre Santos em documentos encaminhados para prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado.

processos envolvendo a prefeita". Ele aponta desvio de mais de R\$ 16 milhões, falsificação de documentos e formação de quadrilha. O juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos, por sua vez, fixou multa diária de R\$ 5 mil para o descumprimento da medida liminar. "A multa é dirigida à prefeita, e não deve ser suportada pela Fazenda Pública Municipal", argumenta o magistrado.

O programa "Pauta Zero" analisa 3 mil processos da 1ª Vara de Paço do Lumiar. Foi a primeira vez que o projeto analisou atos por improbidade administrativa. O "Pauta Zero" foi criado pelo corregedor de Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com aprovação unânime do pleno do Tribunal de Justiça.

Paço do Lumiar

O vice-prefeito Raimundo Filho (PPS) tem posse marcada para as 9 horas de hoje em Paço do Lumiar, por decisão judicial.

Mas os advogados da prefeita Bia Venâncio estão desde ontem preparando o recurso ao Tribunal de Justiça.

A prefeita foi afastada ontem, durante mutirão de julgamentos da Vara de Paço do Lumiar, em projeto organizado pela Corregedoria Geral de Justiça.

BIA CAI DA PREFEITURA DE PAÇO E AINDA LEVA UM “MAGOTE” DE SERVIDORES

PÁGINA 2

TJ derruba Bia da Prefeitura de Paço do Lumiar

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça, que acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público Estadual.

A prefeita não foi encontrada por oficiais de Justiça, na tarde dessa quarta-feira, 1º, para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara, a quem foi determinado dar posse ainda ontem ao vice-prefeito. Novos mandados serão expedidos ainda nesta quinta-feira, atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar e outros implicados.

As ações integravam acervo de 3.000 processos para análise, despachos e sentenças da 1ª Vara de Paço do Lumiar, o alvo da sétima edição do "Pauta Zero", com encerramento na manhã dessa quinta-feira, 2, no auditório da Esmam (Renascença). É a primeira vez que o projeto

criado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com a aprovação unânime do TJMA, analisa atos por improbidade administrativa.

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MPE afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por assinatura do contador Alexandre Santos Costa em documentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, no qual o MPE sequencia atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

O MPE alega que Bia Venâncio nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra.

Processo arquivado (1)

Em sua sessão plenária administrativa de ontem, o Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, por maioria, arquivar representação para apuração de conduta contra o juiz de direito da 3ª Vara Cível de São Luís, Douglas Ferreira Amorim. A representação da 1ª Câmara Cível do TJ informa que o magistrado extinguiu processos sem resolução do mérito, mesmo contendo os requisitos legais exigidos.

Processo arquivado (2)

A maioria dos magistrados seguiu o voto do corregedor-geral de justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior. O relator considerou que a matéria já havia sido examinada e decidida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O Conselho impôs a Amorim pena de censura, considerando a incompatibilidade da conduta com a diligência mínima exigida de um magistrado.

1 Já são 26 inscrições de povoados, na Assembleia Legislativa, que desejam se tornar municípios, dentro das regras estabelecidas pela resolução da mesa diretora. O presidente Arnaldo Melo (PMDB) disse ontem que o processo está em andamento e vai continuar. “Estamos fazendo a nossa parte. E vou esperar que o Tribunal de Justiça, se for provocado, dê uma posição”.

 EXCLUSIVIDADE

Votação sobre empréstimos consignados só na terça

Ficou para a semana que vem a discussão da polêmica proposta sobre a exclusividade do Banco do Brasil em conceder empréstimos com consignação em folha de pagamento para servidores públicos civis, militares, aposentados e pensionistas do Executivo estadual. Na sessão de ontem, apesar de esforços da oposição, governistas conseguiram suprimir o caráter de urgência da matéria, apresentado pelo opositor Rubens Pereira Júnior (PCdoB). Após acordo costurado em plenário entre os líderes, deputados definiram que na terça-feira a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dará parecer para que o projeto seja votado na quarta.

A exclusividade do Banco do

Brasil na concessão de empréstimos consignados é contestada pela oposição. Para Rubens Júnior, a norma contraria a lei do consumidor e a resolução do Banco Central porque restringe o acesso às operações de crédito. "A exclusividade é prejudicial ao Maranhão. Já há uma nota técnica desta Casa e uma decisão, em caráter liminar, do Tribunal de Justiça do Maranhão, pela suspensão desse monopólio de uma instituição bancária. Não podemos ver isso e ficar parados", alertou Rubens Junior.

Também ontem, foi aprovado, em caráter de urgência, abertura de crédito especial, no valor de R\$ 280 mil, ao Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial.



ELES QUEREM JUSTIÇA E SEGURANÇA

Após violento assassinato e um atentado contra líderes quilombolas no estado, 30 comunidades acampam em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão (foto) e pedem fim da impunidade. Suspeitos de serem os mandantes da morte de Flaviano Pinto Neto, de Charco,

foram presos e depois soltos com decisão do Tribunal. “Estes líderes ficam jogados à própria sorte, à mercê da insegurança”, diz presidente da Federação dos Trabalhadores em Agricultura, Chico Sales.

Urbano 3

NEIDSON MOREIRA/OIMP/D.A.PRESS



Quilombolas cobram

Na manhã de ontem, 30 comunidades quilombolas maranhenses acamparam em frente à sede do Tribunal de Justiça. A manifestação, embalada ao som do tambor de crioula, denunciou a impunidade que rege os casos de violência no campo do Maranhão.

PÁGINA 5

Protesto pela justiça

Sede do Tribunal de Justiça foi local escolhido para comunidades quilombolas protestarem contra impunidades de assassinatos

JANICE MILÚ

Na manhã de ontem, 30 comunidades quilombolas de diversos municípios do Maranhão acamparam em frente à sede do Tribunal de Justiça, nas proximidades da Praça Dom Pedro II, no centro da capital. A manifestação, cercada por cartazes, amontoado de bagagens, foi embala ao som do tambor de crioula para denunciar a impunidade que rege os casos de violência no campo, em decorrência de conflitos pela posse de terra, omissão dos governos federal e estadual no cumprimento de suas constituições, além da ação determinante do poder judiciário no acirramento dos conflitos agrários.

Os recentes casos de assassinatos de lideranças quilombolas, como o de Flaviano Pinto Neto, líder da comunidade do Charco, em São Vicente Ferrer, no dia 30 de outubro de 2010, assassinado com sete tiros na cabeça, é um dos motivos de revolta da comunidade quilombola. De acordo com as investigações da polícia, Flaviano foi assassinado a mando dos irmãos Manoel e Antonio Gomes, o primeiro empresário do município de São João Batista, e o segundo, vice-prefeito de Olinda Nova.

Os suspeitos tiveram prisão preventiva decretada, mas logo a decisão foi revogada pelo Tribunal de Justiça e eles foram liberados.

"O Tribunal de Justiça entendeu que não havia necessidade de mantê-

los presos e revogou por duas vezes a decisão da prisão dos acusados. Vamos esperar até que apareça alguém do JNCRA Nacional, e faça cumprir a titulação de terras das áreas quilombolas. Caso isso não aconteça, posso assegurar que essa manifestação é apenas o início da luta pela terra, pelo território quilombola e pela segurança dessas famílias de trabalhadores", disse Diogo Cabral, representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB (CDH/OAB).

Um susto

Uma outra tentativa de extermínio ocorreu na última sexta-feira. Desta vez, foi contra o vice-presidente desta mesma comunidade, São Vicente Ferrer, Almirandir Ferreira Junior. Ele e sua família foram alvos de disparos. "Disparam três tiros na minha casa, por volta das 9 horas da noite. Temo não por mim, mas, pela minha família, já que independente do que façam, permanecerei na luta", disse Almirandir, que também é secretário de Políticas Agrárias de São Vicente Ferrer.

Já o representante da comunidade Tijuca e do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Peri-Mirim, José Ribamar Silva, o "Zequinha", garante que, na comunidade que lidera, não há conflitos, mas mesmo assim, resolveu aderir à causa. "É um apoio democrático; devemos denunciar estes atos crimi-

nosos contra o trabalhador do campo. Lutamos por direito a moradia e ao trabalho. Não devemos encorajar um derramamento de sangue, uma guerra que, com certeza, seria ganha pelos latifundiários", disse "Zequinha".

"Este tipo de manifestação serve para que o Judiciário seja questionado, trazendo à tona esta impunidade que assola não só o município de São Vicente Ferrer, mas toda a região da Baixada e a maioria dos territórios quilombolas. É tudo demorado, não há justiça, e estes pobres líderes ficam jogados à própria sorte, a mercê da insegurança. Quando são apontados os mandantes, não há cumprimento da lei", disse o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão, Chico Sales.

Moradoras da comunidade Cuzeiro, do município de Palmeirândia, Ana Maria Lopes e Simoa Benedita descreveram o dia a dia do povoado e sustentam as denúncias de abusos cometidos pelos "donos" da terra ocupada. "Moro há 25 anos e sempre passamos por perigo. Temos o nosso roçado, que eles sempre tentam tomar, mas não vamos 'engordar o boi' de uma maneira tão fácil", disse a lavradora Ana Maria completa. "Vivemos organizados em um povoado com casas de taipas, sem atentar contra ninguém, mas não recebemos o mesmo tra-

tamento. Vivemos desprotegidos, e os nossos líderes, que tentam fazer esse papel, são massacrados e assassinados covardemente em prol da nossa causa", afirmou a trabalhadora.

O Tribunal de Justiça do Estado foi procurado pela equipe de reportagem de **O Imparcial**, por meio da assessoria, para esclarecer as denúncias de omissão e a revogação da prisão preventiva dos acusados da morte de Flaviano Pinto, mas não obteve resposta nos números disponíveis para contato.



O Tribunal de Justiça entendeu que não havia necessidade de mantê-los presos e revogou por duas vezes a decisão da prisão dos acusados

Diogo Cabral,
representante da Comissão
de Direitos Humanos da
OAB (CDH/OAB)

MEGON VONER/ALOM/EXPRESS



Luta de manifestantes acampados em frente ao TJ é por punição aos mentores de violência rural. Movimento promete ficar acampado até esta sexta-feira (03)

CONFORME A LEI

PRINCIPAIS DENÚNCIAS

Seus principais objetivos são denunciar à sociedade brasileira as várias situações de violência vivenciadas por camponeses e indígenas na luta pela defesa de seus territórios, a omissão dos governos federal e estadual no cumprimento de suas constituições, além da ação determinante do poder judiciário no acirramento dos conflitos agrários.

Os artigos 68 (do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), da Constituição Federal (1988), e 229, da Constituição Estadual (1989) garantem a titulação de terras aos remanescentes de quilombos.

30

Comunidades de vários municípios estão acampadas em frente à sede do TJ.

Saída imediata

Agora parece ser decisivo. A Justiça, em uma força-tarefa do projeto "Pauta Zero", decidiu ontem afastar, de imediato, a prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio. Foram acatadas duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora, ambas de autoria do Ministério Público. Mas ela tem 15 dias contestar as ações.

“PCM já desarticulado”

A afirmação é do secretário adjunto da Administração Penitenciária, que atribui isso ao trabalho de investigações realizadas pela Inteligência da Polícia Civil

ISMAEL ARAÚJO

Nestes últimos meses, o sistema prisional do Maranhão está requerendo de cuidados especiais. Secretarias de Segurança Pública e de Administração Penitenciária trabalham em conjunto para desarticular o “Primeiro Comando do Maranhão” (PCM) que possui raízes e integrantes nas celas da Penitenciária de Pedrinhas. A existência dessa organização criminosa foi revelada pelo juiz da 1ª Vara de Execuções Criminais e Penas Alternativas, Jamil Aguiar da Silva, na última terça-feira, que ainda falou sobre um plano de rebelião, que deveria ter ocorrido no dia 28, simultaneamente no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e na Central de Custódia de Presos de Justiça, no Anil. João Bispo Serejo, secretário adjunto da Administração Penitenciária, afirma que o Primeiro Comando do Maranhão já está desarticulado antes de nascer e isso foi fruto do trabalho de investigações realizadas pelo Serviço de Inteligência da Polícia Civil. O se-

cretário disse que a organização criminosa teve origem na Casa de Detenção, em Pedrinhas, e os detentos dessa casa propuseram em assumir a liderança no complexo prisional, mas não obtiveram o apoio da comunidade carcerária.

Serejo disse que as investigações começaram quando tomaram conhecimento da pretensão da formação das pseudo-lideranças e, neste momento, que o trabalho do Serviço de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública foi acionado, pois, segundo o secretário, a Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária seria um órgão estadual novo ainda não possui desse tipo de serviço especializado. O trabalho de investigação foi criterioso e detalhista. Um deles foi ao passo que os envolvidos de tal grupo eram identificados, a secretaria teve o cuidado de proceder às transferências para as outras unidades do sistema carcerário e assim dessa forma desarticulou a unidade dos idealizados

da organização criminosa. O juiz Jamil Aguiar retirou do Complexo de Pedrinhas os presos do regime semiaberto e alojaram, a maioria, na unidade prisional do Olho d'Água, segundo Serejo, esses internos eram usados como mensageiros entre os integrantes que pretendiam liderar o Primeiro Comando do Maranhão.

Em nota enviada, na tarde de ontem, via assessoria de comunicação do governo, o secretário da Justiça e da Administração Penitenciária, Sérgio Tamer, falou que a secretaria tem trabalhado em situação de alerta máxima em relação a essas organizações criminosas que atuam interligadas com outros grupamentos em prisões em todo país. “Estamos prevenindo a ação desses grupamentos e a cooperação de agentes públicos por meio de revistas freqüentes e investigação, reprimindo mediante os dispositivos legais visando desarticular por completo esses bandos”, afirmou.



Corpo de detento é retirado da Penitenciária São Luís, onde ocorreu rebelião violenta em novembro de 2010, com 13 mortos

A revelação do PCM

O juiz Jamil Aguiar falou que o Primeiro Comando do Maranhão (PCM) tinha sido fundado no dia 8 de novembro de 2003 e apresenta a exigência de lealdade a pelo menos 20 mandamentos e o não cumprimento de um dos itens tem como punição a morte. De acordo com o magistrado, o PCM foi descoberto há cerca de três semanas quando um estatuto da organização criminosa foi encontrado dentro de uma garrafa, em um dos pavilhões da penitenciária. Um documento escrito a mão por um dos integrantes da facção e a provável origem dessa organização é justamente a superlotação dos presídios.



Estamos prevenindo a ação desses grupamentos e a cooptação de agentes públicos por meio de revistas frequentes e investigação

Sérgio Tamer,
secretário da Justiça e da Administração Penitenciária

PALAVRA DO ESPECIALISTA



"O crime organizado envolve um conjunto de pessoas que trabalham para realizar atividades ilícitas. A Comissão de Direitos Humanos vai encaminhar um relatório sobre denúncia de crime de tortura, maus tratos e crime organizado no Maranhão para o Subcomitê de Combate a Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda esta semana. A Comissão de Direitos Humanos supõe que há relações de agentes penitenciários e integrantes do PCM, mas, isto está sendo investigado de forma criteriosa e minuciosa."

RAFAEL SILVA,
vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA

20

É o número de mandamentos do PCM, que, se não cumpridos, têm como punição a morte

MEMÓRIA

30 horas de horror

A maior e mais sangrenta rebelião no Complexo Penitenciário de Pedrinhas em São Luís durou cerca de 30 horas, teve início no dia 8 de novembro de 2010 e contou com um saldo de 18 detentos mortos, sendo 3 deles por decapitação. Os presos pediam melhores condições de tratamento. Segundo eles, a água consumida não é de qualidade e a comida era servida estragada. O presídio de Pedrinhas tem capacidade para dois mil presos, mas lá tem mais de quatro mil. Cinco agentes penitenciários foram mantidos reféns. Em um certo momento a polícia tentou invadir o local, mas os presos jogaram duas cabeças decapadas por cima do muro. A polícia identificou os seis presos que lideraram o motim e descobriu, ainda, que um agente administrativo do sistema penitenciário entregou as armas e celulares para os presos. No final da rebelião, os cinco reféns foram liberados sem aparentemente nenhum ferimento grave. De acordo com o secretário de segurança Aluísio Mendes, 22 detentos, que seriam os líderes do motim, foram transferidos para presídios federais do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Aluísio Mendes afirmou que não entende os motivos para a realização da rebelião por parte dos detentos. De acordo com o secretário, nenhum dos supostos motivos apresentados pelos detentos para a realização do motim (falta d'água no presídio e superlotação nas celas) levariam a uma "carnificina" semelhante ao que aconteceu em Pedrinhas.

FIDELIDADE ACIMA DE TUDO

ESTATUTO DO PCM

1º Um por todos e todos por um.

2º Nunca tomar uma atitude precipitada sem antes comunicar o comando.

3º Nunca usar o nome do comando em vão.

4º O comando não apoia e nunca vai apoiar qualquer discriminação contra qualquer preso sendo da capital ou do interior, porque somos todos iguais.

5º Transparência a todos os irmãos do comando.

6º Lealdade acima de tudo.

7º A traição será sujeito a morte ou exclusão do comando.

8º O irmão nunca deve se isolar, totalmente do comando e sempre estar em comunicação com os demais irmãos.

9º A disciplina serve para todos sem exceção por isso o comando avalia roubo ou extorsão na comunidade.

10º Todos os irmãos deve estar disponível a qualquer hora em qualquer situação que o comando precisar.

11º Liberdade contra opressão dentro ou fora do sistema carcerário.

12º Humildade em primeiro lugar e acima de tudo.

13º Todos os irmãos que fizerem seus negócios dentro ou fora do comando em que manter seus compromisso em dia para não manchar o nome do comando e não trazer problema pra organização.

14º Todos o membros do comando que esteja em liberdade tem obrigação de contribuir com uma taxa mensal, isso será para fortalecer a organização que servirá para todos.

16º Igualdade para todos de irmão para irmão.

17º Respeito para que haja respeito entre a população carcerária.

18º O irmão que se afastar do comando sem dar uma satisfação será severamente punido a não ser que deixe o crime ou se converta a palavra de Deus.

19º Todos os membros que fecharem com a organização terão que ser tratado e respeitado como um irmão por que a partir daquele momento ele já ta fazendo parte da nossa irmandade.

20º Nunca um irmão poderá levantar um calunia ou falso testemunho contra um irmão se não tiver provas suficientes.

EVENTOS JUNINOS — Prazo para alvará de permanência de menores encerra sexta

Encerra na próxima sexta-feira, 3, na 1ª Vara da Infância e da Juventude, o prazo para o recebimento de requerimentos de alvarás para participação de menores em eventos ou brincadeiras juninas. Os requerimentos devem ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade, à Avenida Silva Maia, 219, Praça Deodoro – Centro.

Os alvarás requeridos poderão ser recebidos pelos interessados a partir da próxima segunda-feira, 6, até a sexta-feira, 10.

Justiça determina afastamento de Bia Venâncio



Justiça determina imediato afastamento de Bia Venâncio

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça. Eles acatarem duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público estadual.

A prefeita não foi encontrada por oficiais de justiça na tarde dessa quarta-feira (1º), para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara, a quem foi determinado dar posse, ainda ontem, ao vice-prefeito, Raimundo Filho (PHS). Novos mandados serão expedidos ainda nesta quinta-feira, atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar e

outros implicados.

As ações integravam acervo de três mil processos para análise, despachos e sentenças da 1ª Vara de Paço do Lumiar, o alvo da sétima edição do "Pauta Zero", com encerramento na manhã dessa quinta-feira, 2, no auditório da Esmam (Renascença). É a primeira vez que o projeto criado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com a aprovação unânime do TJ-MA, analisa atos por improbidade administrativa.

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MP afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por assinatura do contador Alexandre Santos Costa em documentos apresentados ao Tribunal de



*Prefeita de Paço do Lumiar,
Bia Venâncio*

Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, no qual o MPE sequencia atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

AMMA e TJMA vão realizar ato público em apoio à juíza de Cururupu

Foi marcado para o dia 9 de junho o Ato Público em apoio à juíza Lúcia de Fátima Quadros, da Comarca de Cururupu, a ser realizado pela AMMA em conjunto com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). No dia 23 de maio, a magistrada, juntamente com diretores da AMMA, entre eles o presidente José Brígido Lages, esteve com o presidente do Tribunal, desembargador Jamil Gedeon, para pedir apoio, segurança e tranquilidade para exercer as funções judicantes na sua comarca.

Lúcia Quadros está sendo

alvo de denúncias infundadas e representações que chegam à Corregedoria Geral de Justiça, protocoladas por partes em processos por ela julgados, que não aceitam as decisões. Uma das representações, segundo Lúcia, tornou-se um processo administrativo na CGJ contra ela que já se arrasta há mais de um ano. “Eu quero apenas provar a minha inocência, não posso ter a minha honra atingida e a minha vida pessoal investigada e atacada sem que eu possa me defender”, declarou a juíza Lúcia Quadros.

TJMA reforma e amplia fórum de Ribamar

DIVULGAÇÃO

Os serviços de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar, iniciadas em abril, estão em ritmo acelerado. O fórum deve ficar pronto até o mês de outubro.

A juíza da 2ª Vara da comarca, Teresa Cristina Carvalho, informou um detalhe interessante da obra: a contratação de mão-de-obra de jovens e adultos, moradores do município, bem como de apenados que cumprem sentenças em liberdade como operários da empresa Dinamarca - responsável pela reforma e ampliação do fórum.

"Fizemos uma reunião com representantes da empresa, que concordaram com a proposta de recrutar os trabalhadores da cidade, além de negociar com comerciantes locais, a compra dos materiais de construção utilizados na reforma", acrescentou.

A diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Alessandra Darub, esteve na comarca visitando as obras na última segunda-feira e ressaltou que o acompanhamento diário dos serviços pelo Tribunal garantirá o sucesso da conclusão das obras, de acordo com o cro-



Obra de reforma e ampliação do fórum de São José de Ribamar

nograma estabelecido.

Investimento - Os investimentos do TJMA para a reforma e ampliação do fórum de Ribamar, oriundos do Fundo de Modernização e Reparcelamento do Judiciário (Ferj), totalizam R\$ 1.197.376,82. A obra vai melhorar a infraestrutura da Justiça es-

tadual naquela cidade.

O projeto segue padrão arquitetônico adotado pelo Judiciário para as unidades jurisdicionais em todo o Estado. A estrutura do imóvel está sendo planejada em 723,61m² de área a ser ampliada e a reforma em área existente de 610,05 m².

Corregedoria acompanha correições e vitaliciamento de juízes no interior

Os juízes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Kleber Costa Carvalho e Ariane Mendes, acompanham esta semana o processo de vitaliciamento dos juízes das comarcas de Loreto (João Paulo Melo), São Raimundo das Mangabeiras (José Augusto Sá Costa Leite) e Pastos Bons (Sílvio Alves Nascimento).

Kleber Carvalho irá a Loreto (a 688 km de São Luís) e São Raimundo das Mangabeiras (669 km), enquanto Ariane Mendes dividirá com o trabalho com correição geral ordinária na Comarca de São Domingos do Azeitão (603 km). Na próxima semana a magistrada estará em Magalhães de Almeida.

A 1ª e 2ª Varas de Vitorino Freire e a Comarca de Paulo Ramos também serão alvos de correição ordinária, de acordo com portaria já assinada pelo corregedor Antonio Guerreiro Júnior. O juiz José Nilo Ribeiro Filho conduzirá as atividades de 7 a 10 de junho.

❖❖ O Tribunal de Justiça do Maranhão decidiu, por unanimidade, condenar os responsáveis pelo Miss Maranhão 2009 por danos morais. A candidata, Louisse Freire da Silva, que foi rebaixada ao segundo lugar, entrou na Justiça para questionar a atitude dos organizadores e levou a melhor.

❖❖ Ela havia sido classificada em 1º lugar por decisão soberana dos jurados. No entanto, essa decisão foi desconsiderada. Os organizadores desclassificaram a candidata com a alegação de que ela não compareceu aos compromissos relacionados ao concurso nacional. Dentre eles, a prova do traje típico.

❖❖ Na Justiça, ela alegou que não pôde concorrer ao título de Miss Brasil, sonho de todas as misses, porque teve sua posição rebaixada. O relator do caso, desembargador Paulo Sérgio Velten Pereira, mandou os réus Márcio da Conceição Prado e Gaeta Promoções e Eventos Ltda indenizarem a miss destronada em R\$ 40 mil.

❖❖ Em primeira instância, a indenização tinha sido fixada em R\$ 20 mil. Cabe recurso. Além de terem afirmado que ela não compareceu a compromissos previamente agendados, os organizadores tornaram público que a candidata tinha infecção urinária.

❖❖ Mas não conseguiram provar que isso era um obstáculo para o concurso. A candidata, por meio de atestado, provou estar em perfeitas condições para honrar os seus compromissos.

TJ-MA ARQUIVA REPRESENTAÇÃO CONTRA O JUIZ DOUGLAS AMORIM

PÁGINA 5

TJ-MA arquiva representação contra o juiz Douglas Amorim

O Tribunal de Justiça, em sessão plenária administrativa ocorrida ontem (1º), decidiu, por maioria, arquivar representação para apuração de conduta contra o juiz de direito da 3ª Vara Cível de São Luís, Douglas Ferreira Amorim.

A representação da 1ª Câmara Cível do TJ foi fundamentada em atos judiciais atribuídos ao magistrado, de extinguir processos sem resolução do mérito, mesmo contendo os requisitos legais exigidos.

A maioria dos magistrados seguiu o voto do corregedor geral de justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior. O relator considerou que a matéria já havia sido examinada e decidida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CNJ impôs a Amorim pena

de censura, considerando a incompatibilidade da conduta com a diligência mínima exigida de um magistrado.

Guerreiro Junior entendeu que o julgamento contra o juiz não poderia ser repetido por conter os mesmos fatos, devido à proibição de dupla sanção. O corregedor também destacou a ausência de indícios de favorecimento a qualquer das partes por meio das decisões do magistrado, que seguiu o mesmo posicionamento em todos os casos.

A votação se deu por maioria, contra a posição divergente que entendia pela instauração de procedimento administrativo disciplinar contra Douglas Amorim, para apuração de sua conduta funcional. *(Ascom do TJ-MA)*

Aprovado pelo TJMA o percentual de 5% para diretores de Fóruns

O Pleno do Tribunal de Justiça aprovou, ontem (1º), pleito da AMMA fixando gratificação de 5% sobre os subsídios de juízes que estiverem ocupando ou vierem a ocupar cargo de diretor de Fórum. O pedido de gratificação já havia sido aprovado pelo Tribunal em fevereiro deste ano, mas houve veto parcial da governadora Roseana Sarney, pois a lei não fixava os valores.

Logo após tomar conhecimento do veto da governadora, a AMMA encaminhou novo pleito ao TJMA, solicitando que fosse encaminhado, em caráter de urgência, projeto de lei para a Assembleia Legislativa, fixando os valores da gratificação para diretores de Fóruns. O pleito foi aprovado pelo TJ, que aprovou o percentual de 5%, cujo projeto será, agora, encaminhado à Assembleia Legislativa.

Manoel Ribeiro acusa o secretário de Planejamento de não cumprir acordos

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Manoel Ribeiro (PMDB), acusou ontem o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Fábio Gondim, de não cumprir alguns acordos firmados com a Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Casa, a cerca da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO).

No mês passado, a comissão se reuniu com o secretário onde foi acordado alguns pontos que, segundo o parlamentar, não foram cumpridos. Ele ainda acusou Gondim de criar poderes exclusivamente para si, contrariando o artigo 10 da LDO de 2010.

“Combinei com este moço

que, no Projeto de Lei da LDO de 2011, estavam faltando algumas coisas que não estavam dando poderes às nossas casas legislativas, ao Judiciário e até mesmo ao Executivo. Dava poderes exclusivamente a ele. Porque o artigo 19 da lei do ano passado, a LDO, diz o seguinte: ‘O orçamento dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública do Estado deverá ser integral, descentralizado através do Sistema Integrado da Administração Financeira para Estados e Municípios’”.

O parlamentar acusa Gondim de colocar uma emenda fora do que foi combinado, dando limites percentuais à Defensoria na elaboração de sua pro-

posta orçamentária para pessoal e encargos sociais, entre 0,5 e 1,5. “Onde se ele (Gondim) entender que é 0,5, será isso e pronto”.

“O artigo 20 diz que o Projeto Orçamentário do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Poder Legislativo ficará a cargo dos Poderes que saberão o que vão gastar dentro daquela alíquota que temos esse percentual a que temos direito e não o que doutor Fábio Gondim está pensando,” sentenciou.

Manoel Ribeiro disse que o secretário de Planejamento pode entender lá dos “atos secretos de Brasília”, mas, que não ente nada de orçamento do Estado.

Permanência de menores

Encerra na próxima sexta-feira, 3, na 1ª Vara da Infância e da Juventude, o prazo para o recebimento de requerimentos de alvarás para participação de menores em eventos ou brincadeiras juninas. Os requerimentos devem ser entregues no Setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da unidade, à Avenida Silva Maia, 219, Praça Deodoro – Centro. Os alvarás requeridos poderão ser recebidos pelos interessados a partir da próxima segunda-feira, 6, até a sexta-feira, 10. Os prazos constam de portaria editada pelo titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, José Américo Abreu Costa.

QUILOMBOLAS FAZEM ATO DE PROTESTO NA AVENIDA PEDRO II

Acampados em frente ao Tribunal de Justiça, lavradores fizeram manifestação contra a violência no campo

Quilombolas da comunidade do Charco, em São Vicente Ferrer (Baixada Maranhense), além de outras 30 comunidades, fizeram ontem um protesto, em frente ao Tribunal de Justiça do Estado, na Avenida Pedro II (Centro de São Luís). Eles dizem que vão acampar no local para reivindicar celeridade da Justiça no julgamento de processos que tratem da regularização de terras a assentados. Também denunciaram assassinatos de trabalhadores rurais cometidos durante os conflitos agrários. Os quilombolas afirmaram que só deixarão o acampamento após receberem a visita de algum representante do Inbra de Brasília e da Fundação Palmares. PÁGINA 5



Ao som do tambor de crioula, quilombolas denunciam assassinatos de trabalhadores rurais

Quilombolas de S. Vicente Ferrer decidem acampar em frente ao TJ

POR JULLY CAMILO

Quilombolas da comunidade do Charco, em São Vicente Ferrer (Baixada Maranhense), além de outras 30 comunidades, fizeram um protesto, na manhã de ontem, em frente ao Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Benedito Leite (Centro de São Luís). Eles dizem que vão acampar no local para reivindicar celeridade da Justiça no julgamento de processos que tratem da regularização de terras a assentados. Também denunciaram assassinatos de trabalhadores rurais cometidos durante os conflitos agrários. Os quilombolas afirmaram que só deixarão o acampamento após receberem a visita de algum representante do Instituto Na-

cional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de Brasília e da Fundação Palmares.

Segundo o advogado Diogo Cabral, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, e representante da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), atualmente existem 190 conflitos de terras no estado, com um total de 23 pessoas ameaçadas de morte, 280 áreas com processo de titulação junto ao Incra, além da morte de cinco lavradores (ocorridas nos municípios de São Mateus, São Vicente Ferrer, Codó e Santa Luzia do Paruá). Ele revelou que o houve um aumento de 62,5% de casos de violência contra o homem do campo e em consequência destes números o Maranhão já é o primeiro lugar no país em conflitos de terra, ultrapassando o Pará, que desceu para o segundo

lugar. Em terceiro, vem o estado do Tocantins.

"A lentidão dos órgãos responsáveis em regularizar as terras favorecem o grileiros, que expulsam os quilombolas e ocupam as áreas com plantio de arroz, criação de búfalos, peixes, entre outros. Porém, isso é proibido, pois essas comunidades têm direito a propriedade definitiva garantida em lei", disse Diogo Cabral.

De acordo com Cabral, no caso da comunidade do Charco, já existe um processo penal e administrativo em relação às terras da Fazenda Juçaral, de mais de 1.400 hectares. A gleba teria sido pleiteada em 2005 pelo Instituto de Colonização e Terras



Comunidade do Charco protesta em São Luís

do Maranhão (Iterma) e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Sintraf) do estado. "Porém, um ano depois, o Inbra teria feito uma divisão irregular da área, beneficiando quatro herdeiros do fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes, o Manoel de Gentil, que se diz proprietário da área em questão. Por sua vez, o Inbra tem até agosto deste ano para produzir um Relatório Técnico de Demarcação. Caso contrário as 145 famílias do Charco serão despejadas. Mas o instituto já nos disse que não tem recursos para executar o projeto, e ainda tem a corrupção dentro do órgão. São fatores que provocam a lentidão no processo", declarou Cabral.

As Comissões denunciam que vários trabalhadores rurais estão sendo ameaçados de morte. Após o assassinato do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, de 45 anos, morto a tiros no município de São João Batista, em outubro de 2010, outras lideranças comunitárias foram perseguidas.

Em decorrência disso, o trabalhador rural Manoel Santana foi integrado ao Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Presidência da República e está sendo acompanhado e protegido 24 horas por



homens da Força Nacional. "Vamos integrar também ao programa o vice-presidente da Associação dos Quilombolas do Povoado Charco, Almirandir Ferreira, que teve sua casa atingida por três tiros, disparados por pistoleiros, na última sexta-feira, 27. Queremos ajuda do Inbra nacional e da Fundação Palmares, pois os órgãos maranhenses fecharam os olhos para o problema", afirmou o advogado Diogo Cabral.

O vice-presidente da Associação dos Quilombolas do Povoado Charco, Almirandir Ferreira, disse que já esperava pela ação criminosa por parte dos grileiros,

mas ressaltou que não teme por sua vida e sim pela segurança e integridade física dos familiares. Ele afirmou que continuará na luta a favor das áreas pertencentes a sua comunidade e que tem certeza que só deixará esta terra quando Deus o chamar.

O fazendeiro Manoel de Jesus Martins Gomes, o Manoel de Gentil, já havia sido preso provisoriamente no dia 22 de fevereiro, mas ficou detido menos de 24 horas, graças a habeas corpus do Tribunal de Justiça do Maranhão. A soltura do fazendeiro foi criticada pela Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA.

PAÇO DO LUMIAR

Justiça determina o afastamento imediato da prefeita Bia Venâncio

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, conhecida como "Bia Venâncio" (foto), deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria-Geral da Justiça, que acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do MPE.

PÁGINA 4



PAUTA ZERO

Juízes determinam afastamento imediato da prefeita Bia Venâncio

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorimar Rosa Venâncio, conhecida como "Bia Venâncio", deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria-Geral da Justiça, que acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público estadual.

A prefeita não foi encontrada por oficiais de Justiça, na tarde de ontem, para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara, a quem foi determinado dar posse ainda ontem ao vice-prefeito. Novos mandados serão expedidos ainda hoje, atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar e outros implicados.

As ações integravam acervo de 3.000 processos para análise, despachos e sentenças da 1ª Vara de Paço do Lumiar, o alvo da sétima edição do "Pauta Zero", com encerramento na manhã dessa quinta-feira, 2, no auditório da Esmam (Renascença). É a primeira vez que o projeto criado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com a aprovação unânime do TJMA, analisa atos por improbidade administrativa.

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MPE afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por assinatura do contador Alexandre Santos

Costa em documentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, no qual o MPE sequencia atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

O MPE alega que Bia Venâncio nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Maфра.

O órgão ministerial argumenta na primeira ação que Alexandre Santos Costa foi coordenador contábil da prefeitura de Paço do Lumiar, quando detectou irregularidades contábeis e administrativas em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões ao erário público.

O contador comunicou os fatos a Bia Venâncio, que prometeu montar "equipe para fazer o reparo" na documentação e pagamentos. Em 2 de março do ano passado o contador pediu exoneração do cargo após constatar que as irregularidades não seriam sanadas. A rubrica dele aparece nos documentos entregues ao TCE, contudo exame grafotécnico do Instituto de Criminalista do Maranhão confirmou não

ser sua a assinatura na prestação de contas.

Um dos argumentos jurídicos apresentados pela prefeita, ao ser intimada a ser manifestar, foi a de inaplicabilidade da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) a prefeitos municipais. "O processo trata de fatos gravíssimos, que incluem inequívoca falsificação documental, desvio de mais de R\$ 16 milhões de cofres públicos, e a constatação de uma verdadeira quadrilha destinada a fraudar licitações e promover a "montagem" de procedimentos administrativos para legitimar a dilapidação do patrimônio municipal", assinalou o juiz Paulo de Assis Ribeiro em decisão que traz como fundamentos a Lei de Improbidade Administrativa e jurisprudências do STJ e do Tribunal de Justiça do Estado.

Bia Venâncio terá 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confissão. Enquanto durar o afastamento, o cargo de prefeito será ocupado pelo vice. Cópia da decisão foi entregue ao Banco do Brasil e outros bancos que possuem relação com Paço do Lumiar.

Na Ação Civil Pública contra atos de nepotismo o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos fixa multa diária de R\$ 5 mil para o descumprimento da medida liminar. A multa é dirigida à prefeita, e não deve ser suportada pela Fazenda Pública Municipal, escreve o magistrado na decisão.

Juiz interdita parte da delegacia de Amarante do Maranhão

O juiz de Amarante do Maranhão, Glender Malheiros Guimarães, determinou a interdição parcial da delegacia de Polícia da comarca, no sentido de que o Estado se abstenha de enviar para o estabelecimento presos provisórios ou definitivos de outras comarcas para serem custodiados na cadeia pública.

A decisão atende ao pedido de tutela antecipada em Ação Pública ajuizada pelo Ministério Público estadual contra o Estado do Maranhão e Secretaria de Segurança Pública. A multa diária pelo não-cumprimento da decisão é de R\$ 5 mil.

O Estado deve ser intimado da decisão através de carta precatória e citado para apresentar contestação da decisão em 60 dias, determinou o magistrado.

Dignidade – Na ação, o MP ressalta a “situação caótica vivida pelos estabelecimentos prisi-

onais do Maranhão, agravada com as recentes interdições das delegacias de polícia da região Tocantina”, e destaca que notícias oficiosas insuam que “a Secretaria de Segurança está na iminência de remanejar presos de outras comarcas para a delegacia local”.

Na avaliação de Malheiros, o recambiamento de presos de outras comarcas para a unidade prisional importa no agravamento de problemas como “as precárias condições de salubridade, segurança, infraestrutura, sanitárias e de recursos humanos que vêm prejudicando a qualidade da regular custódia de presos na Delegacia”.

Glender Malheiros cita a Constituição Federal, em seu artigo 1º, III, bem como o artigo 66, VIII da Lei de Execução Penal, que tratam da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos do

Estado Democrático de Direito (CF), e da competência do juiz da execução para “interditar, no todo ou em parte, estabelecimento penal que estiver funcionando em condições inadequadas ou com infringência aos dispositivos desta Lei”.

Dever – O magistrado ressalta o “dever imposto ao Estado de garantir um mínimo de dignidade a todos os cidadãos, inclusive aqueles que se encontram com a sua liberdade restringida”.

Para o juiz, esse dever tem sido posto de lado na cadeia pública local com a “superlotação, ofensa à saúde dos presos diante da não-manutenção séptica da delegacia, problemas com abastecimento de água, fragilidade estrutural do prédio da cadeia, além da ausência de manutenção e reparo nas grades”.

Notificação

O promotor José Osmar Alves, de Ordem Tributária, oficiou a procuradora-geral de Justiça, Fátima Travassos, para que ela notifique a Prefeitura Municipal de São Luís para retirar do ar imediatamente a propaganda sobre o IPTU, até que a decisão judicial sobre o IPTU se torne definitiva. A propaganda estaria desrespeitando a decisão liminar o Tribunal de Justiça que suspendeu a cobrança do IPTU, atendendo Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela OAB.

Quilombolas acampam em frente a sede do governo

Para denunciar a violência no campo e nas cidades centenas de quilombolas acamparam ontem em frente ao Palácio dos Leões, na praça Dom Pedro II, no centro de São Luís. Iniciado na madrugada de ontem, 1º, o Acampamento Negro Flaviano ocupará pelo menos até amanhã, 3, as im-

ediações da Praça D. Pedro II, sede do primeiro e terceiro poderes maranhenses. “Se houver necessidade e possibilidade, poderemos prorrogá-lo”, anunciou uma liderança, que junto de outras discutia formas de sustentação do mesmo – a venda de exemplares do relatório Con-

flitos no Campo/2010, publicação da Comissão Pastoral da Terra, terá o dinheiro arrecadado revertido em favor do acampamento. **Página-5**

Fotos: Jorge Ribeiro



Quilombolas acampados em frente ao Palácio dos Leões pedem justiça e direito a terra no Maranhão

Quilombolas acampam no Palácio dos Leões

Centenas de quilombolas acamparam na madrugada de ontem, 1º, em frente ao Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, na Praça Pedro II, no centro de São Luís. Hoje, a partir das 8h, ocorrerá uma grande mobilização denunciando a violência no campo e na cidade.

O Estado do Maranhão, conforme assegurado pelo IBGE, tem a maior população rural brasileira, em termos proporcionais. Cerca de 36,9% dos 6,5 milhões de maranhenses não moram em zonas urbanas. Isso representa um universo de 2.427.640 pessoas em todo o Estado.

A população negra do Estado do Maranhão compõe 74%. São 4.541.893 de negros e, segundo o Centro de Cultura Negra do Maranhão, existem 527 comunidades quilombolas no Estado do Maranhão, distribuídas em 134 municípios, concentradas principalmente nas regiões da Baixada Ocidental, da Baixada Oriental, do Munim, de Itapecuru, do Mearim, de Gurupi e do Baixo Parnaíba. A população quilombola do Estado do Maranhão é composta por 1.362.567 de pessoas, correspondendo à quase 340 mil famílias.

RECONHECIMENTO

O Estado do Maranhão é um dos cinco no Brasil cuja constituição reconhece às comunidades quilombolas o direito à pro-

priedade da terra. Essa garantia é fruto da luta do movimento negro, que conseguiu a inclusão do artigo 229 na Constituição Estadual do Maranhão, promulgada em 1989. Apesar de tudo isso, há em curso um processo de extermínio contra centenas de comunidades quilombolas no Estado do Maranhão.

Como fato desta afirmação, no dia 30 de outubro, Flaviano Pinto Neto, líder do quilombo do Charco, foi brutalmente assassinado com sete tiros na cabeça, a mando de Manoel e Antonio Gomes, homens poderosos da região da Baixada, o primeiro empresário de São João Batista, o segundo, vice-prefeito de Olinda Nova. Flaviano e seus companheiros e companheiras do quilombo apenas queriam viver no lugar onde seus umbigos estão enterrados, o lugar dos seus antepassados, onde moram seus encantados, a Terra sem Males, a Terra do Bem Viver. Nada mais. Mas isso é Tudo. Fora dali não há possibilidade de vida, apenas a melancolia.

SEM SOLUÇÃO

Em razão da violência, diversas entidades nacionais e internacionais se manifestaram pela elucidação do crime e cobraram a prisão dos responsáveis – mandantes e executores – do assassinato de Flaviano. Entretanto, passados mais de seis meses da morte de um preto valente, filho da

terra, os mandantes, apesar de denunciados pelo Ministério Público, apesar das ameaças que fazem contra os moradores do Quilombo do Charco, em São Vicente Ferrer, e do Cruzeiro, em Palmeirândia, continuam soltos, ameaçando a integridade física dos quilombolas que resistem contra a opressão. Devemos ressaltar que ambos ficaram foragidos por mais de vinte dias, em decorrência de uma prisão preventiva decretada pela juíza de São João Batista, contudo, apesar de todos saberem onde se encontravam os assassinos de Flaviano, estes ficaram na sombra da impunidade.

A morte de Flaviano representa a violência brutal que destroça comunidades Quilombolas em todo o Maranhão. Hoje há cerca de 30 lideranças quilombolas marcadas para morrer no Estado do Maranhão.

Jorge Ribeiro



Dezenas de quilombolas acamparam em frente ao Palácio dos Leões para denunciar a violência

OBJETIVO DO ACAMPAMENTO

- Denunciar à Sociedade brasileira as várias situações de violências vivenciadas pelos camponeses e indígenas em luta pela defesa de seus territórios decorrentes da política de desenvolvimento adotada pelos governos federal e estadual que desconhecem outros modos de ocupações da terra que não seja a capitalista;
- Denunciar à sociedade brasileira a situação vivida pelos camponeses que estão ameaçados de morte;
- Denunciar a omissão dos governos federal e estadual no cumprimento das normas constitucionais que determinar a titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas; a desapropriação de latifúndios; a não demarcação dos territórios indígenas;
- Denunciar a ação determinante do poder judiciário no acirramento dos conflitos agrários que envolvem comunidades no campo e na cidade ao conceder liminares de reintegração de posse e não julgar os responsáveis pelas mortes de camponeses em nosso estado;

PAÇO DO LUMIAR

Justiça determina que vice assumira prefeitura

“Inequivoca falsificação documental, desvio de mais de R\$ 16 milhões de cofres públicos e a constatação de verdadeira quadrilha destinada a fraudar licitações e promover a ‘montagem’ de procedimentos administrativos para legitimar a dilapidação do patrimônio municipal”, levaram o juiz Paulo de Assis Ribeiro a determinar, ontem, o afastamento imediato da prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa Venâncio, a Bia, e a posse, ainda ontem, do vice-prefeito Raimundo Filho. Como Bia Venâncio não foi encontrada por oficiais de justiça para receber os mandados de notifi-

cação, estes foram entregues ao presidente da Câmara Municipal a quem foi determinado dar posse ao vice. Hoje, novos mandados serão expedidos atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar assim como outros implicados. As ações contra Bia Venâncio são de autoria do Ministério Público do Maranhão. **Página-3**

Justiça determina saída de prefeita de Paço do Lumiar

A prefeita de Paço do Lumiar, Glorimar Rosa Venâncio, a Bia Venâncio, deve deixar o cargo imediatamente, de acordo com decisão de juízes da força-tarefa do projeto "Pauta Zero", da Corregedoria Geral da Justiça, que acataram duas ações civis públicas contra atos de improbidade administrativa cometidos pela gestora municipal, ambas de autoria do Ministério Público estadual.

A prefeita não foi encontrada por oficiais de justiça, na tarde de ontem, 1º, para receber os mandados de notificação, que foram entregues ao presidente da Câmara, a quem foi determinado dar posse ainda ontem ao vice-prefeito Raimundo Filho. Novos mandados serão expedidos ainda hoje, atingindo ex-prefeitos de Paço do Lumiar e outros implicados.

As ações integravam acervo de 3.000 processos para análise, despachos e sentenças da 1ª Vara de Paço do Lumiar, o alvo da sétima edição do "Pauta Zero", com encerramento na manhã dessa quinta-feira, 2, no auditório da ESMAM (Renascerça). É a primeira vez que o projeto criado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, com a aprovação unânime do TJMA, analisa atos por improbidade administrativa.

FRAUDOU CONTAS

No Processo nº 1535-12.2010.8.10.0049, o MPE afirma que a prefeita é diretamente responsável por fraude na prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação, revelada por



Bia Venâncio cometeu uma série de crimes

assinatura do contador Alexandre Santos Costa em documentos apresentados ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

O Processo nº 637.96.2010.8.10.0049 trata de Ação Civil Pública com pedido de antecipação de tutela, no qual o MPE sequencia atos de nepotismo da prefeita e pede a exoneração de todos os servidores Paço do Lumiar que tenham cargo em comissão e relação de parentesco com a prefeita, o vice-prefeito e vereadores.

PARENTADA

O MPE alega que Bia Venâncio nomeou para o exercício de cargos em comissão oito parentes até terceiro grau, e também dos vereadores Francisco Pereira Filho, Raimundo Pedro Silva e Orlete Mafra.

O órgão ministerial argumenta na primeira ação que Alexandre Santos Costa foi coordenador contábil da prefeitura de Paço do Lumiar, quando detectou irregularidades contábeis e administrativas em procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Educação, e que resultaram em prejuízo superior a R\$ 16 milhões ao erário público.

O contador comunicou os fatos a Bia Venâncio, que prometeu montar "equipe para fazer o reparo" na documentação e pagamentos. Em 2 de março do ano passado o contador pediu exoneração do cargo após constatar que as irregularidades não seriam sanadas. A rubrica dele aparece nos documentos entregues ao TCE, contudo exame grafotécnico do

Instituto de Criminalista do Maranhão confirmou não ser sua a assinatura na prestação de contas.

INAPLICABILIDADE

Um dos argumentos jurídicos apresentados pela prefeita, ao ser intimada a ser manifestar, foi a de inaplicabilidade da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) a prefeitos municipais.

"O processo trata de fatos gravíssimos, que incluem inequívoca falsificação documental, desvio de mais de R\$ 16 milhões de cofres públicos, e a constatação de uma verdadeira quadrilha destinada a fraudar licitações e promover a "montagem" de procedimentos administrativos para legitimar a dilapidação do patrimônio municipal", assinala o juiz Paulo de Assis Ribeiro em decisão que traz como fundamentos a Lei de Improbidade Administrativa e jurisprudências do STJ e do Tribunal de Justiça do Estado.

Bia Venâncio terá 15 dias para contestar as duas ações, sob pena de revelia e confissão. Enquanto durar o afastamento, o cargo de prefeito será ocupado pelo vice. Cópia da decisão foi entregue ao Banco do Brasil e outros bancos que possuem relação com Paço do Lumiar.

Na Ação Civil Pública contra atos de nepotismo o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos fixa multa diária de R\$ 5 mil para o descumprimento da medida liminar. A multa é dirigida à prefeita, e não deve ser suportada pela Fazenda Pública Municipal, escreve o magistrado na decisão.